

A inovação social em tempos de pandemia ¹

Social innovation in pandemic times

Emerson do Nascimento ²

RESUMO

A pandemia de Covid-19 afetou vários aspectos da vida humana. Em se tratando do plano das desigualdades sociais, quais foram as principais consequências do novo coronavírus? E em que medida as ações desencadeadas por vários atores como governos, entidades privadas e comunidades resultaram em respostas socialmente inovadoras? De que forma a solidariedade social tem sido posta à prova nos últimos meses? Reconhecendo que a crise sanitária instaurada pelo novo Coronavírus é também uma crise política e, portanto, institucional, discutimos, a partir das lentes da chamada inovação social, os principais desafios de superação das desigualdades econômicas e sociais entre os grupos no mundo pós-pandemia. Num primeiro momento, discutimos as bases dessas dificuldades realçadas pela Covid-19, destacando o quanto o novo vírus realçou o abismo entre aqueles que têm e aqueles que nada têm. Depois, questionamos os limites dos modelos recentes de desenvolvimento econômico e argumentamos em favor da necessidade cada vez mais urgente de promoção de um outro nível de desenvolvimento que supere o legado cataclismo das práticas e medidas neoliberais. E nesse sentido que recuperamos o debate sobre inovação social enquanto um caminho possível e alternativo de desenvolvimento autossuficiente, especialmente agora, quando o mundo se pergunta sobre quais devem ser os novos rumos da gestão social.

Palavras-chave: pandemia; Covid-19; inovação social

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic affected several aspects of human life. In terms of social inequality, what were the main consequences of the new coronavirus? And to what extent have the actions triggered by various actors such as governments, private entities and communities resulted in socially innovative responses? How has social solidarity been tested in recent months? Recognizing that the health crisis brought about by the new Coronavirus is also a political crisis and, therefore, institutional, we discussed, from the lens of the so-called social innovation, the main challenges of overcoming economic and social inequalities between groups in the post-pandemic world. At first, we discussed the bases of these difficulties highlighted by Covid-19, highlighting how much the new virus has highlighted the gap between those who have and those who have nothing. Then, we question the limits of recent models of economic development and argue in favor of the increasingly urgent need to promote another level of development that overcomes the cataclysmic legacy of neoliberal practices and measures. It is in this sense that we have recovered the debate on social innovation as a possible and alternative path of self-sufficient development, especially now, when the world is wondering what the new directions of social management should be.

Keywords: pandemic; Covid-19; social innovation

¹ Artigo selecionado em modalidade Fast Track relativo ao Pré Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Editoria especial: Edilson Tavares de Araújo (UFBA), Leonardo Prates Leal (UFAL), Maria Amelia Jundurian Corá (UFAL).

² Professor Adjunto de Ciência Política do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Coordenador do Laboratório de Estudos de Segurança Pública. E-mail: emersondonascimento@yahoo.com.br

1. Introdução

Ninguém imaginava que no ano de 2020 atravessaríamos uma pandemia que atingiu, praticamente, todas as partes do globo. Tudo começou quando um novo tipo de coronavírus foi encontrado no final de 2019 em Wuhan, uma província chinesa. Em 11 de fevereiro de 2020, a OMS nomeou a doença causada pelo novo coronavírus de Covid-19 e declarou que o estágio de contaminação do novo vírus figurava o status de pandemia, colocando a humanidade em alerta a partir de 11 de março do corrente ano. As pandemias em si não são nenhuma novidade na história humana, todavia, a última grande pandemia – depois da peste negra, que assolou a Europa durante a Idade Média (1346) –, foi a gripe espanhola, que vitimou, a partir de 1918, aproximadamente, 50 milhões de pessoas. As pandemias ceifaram milhões de vidas, causando um forte impacto na vida social e econômica das sociedades, mas achávamos que esse era um fenômeno temporalmente distante.

As epidemias mais recentes de HIV/AIDS, gripe aviária, SARS, MERS e ebola são exemplos de que, a despeito dos avanços científicos da humanidade, este não é um fenômeno tão distante assim. A crise sanitária causada pelo Covid-19, desde então, tem sido, recorrentemente, comparada a outras crises singulares que marcaram a história como as pandemias do passado, a tragédia da Segunda Guerra Mundial, o ataque inesperado à base militar de Pearl Harbor, o desastre nuclear de Chernobyl, o ataque de 11 de setembro ou, até mesmo, a crise financeira de 2008. Não obstante os esforços por traduzir em termos comparados a dimensão da nova crise, ainda é uma projeção carregada de incertezas, sobretudo quanto ao número de pessoas que o novo vírus ainda pode vitimar.

De acordo com os primeiros relatórios de situação da Covid-19 pela OMS, este vírus se espalhou num curto período de tempo por vários países asiáticos como Cingapura, Japão, República da Coreia, Malásia, Hong Kong, Taiwan, Tailândia e outros. Depois da China, surgiram vários novos epicentros da doença, a partir dos quais a Covid-19 se espalhou rapidamente e em escala global, ampliando de forma significativa os registros de contágio e de fatalidade. Embora a situação de pandemia tenha sido declarada pela OMS desde o começo de 2020, muitos países, até aquele momento, não tinham uma noção clara da gravidade do caso e não tomaram as medidas preventivas imediatas necessárias, o que contribuiu para o agravamento da crise sanitária.

2. Uma crise sanitária que também é social

A baixa mobilização dos governos possibilitou condições férteis para a disseminação do vírus. Em muitos casos, apesar do cenário crítico de contágio que se aventava, vários países assistiram o vírus se espalhar à distância, com todas as atividades sociais e econômicas acontecendo normalmente, como se o vírus nunca fosse alcançá-los. Então o novo vírus se espalhou rapidamente, primeiro na Ásia, depois na Europa e na Austrália. Chegando à Itália e à Espanha, a Covid-19 atingiu quase todos os países europeus. Não muito depois, o vírus cruzou o Oceano Atlântico e chegou às Américas. Em abril e maio, respectivamente, Estados Unidos e Brasil se transformaram nos dois mais novos epicentros de propagação do novo vírus, somando, juntos, até o presente momento quase 300 mil mortos.

Várias teorias sobre a dinâmica de disseminação do vírus foram anunciadas. Grandes eventos esportivos foram citados como potenciais mecanismos de difusão rápida e não detectada do vírus por todo o mundo. Outras teorias, por outro lado, apontaram para os efeitos das relações de negócios e das viagens internacionais como vias de transmissão do vírus através da conexão dos principais pólos econômicos do

mundo globalizado (Gough, 2020). Todavia, é preciso juntar a essa soma de fatores, o impacto que a falta de ação e o excesso de confiança ou de negação da crise foram fundamentais para essa rápida disseminação do vírus.

Em se tratando da relação entre governos e pandemia, muitos começaram a apontar que as possíveis tentativas do governo chinês de encobrir a verdade dos fatos quanto ao novo vírus, haveria potencializado o crescimento exponencial da Covid-19 pelo mundo. Quando o vírus tirou a vida do seu relator e reivindicou as vidas de outros profissionais, todos finalmente tomaram ciência do perigo que os esperava. Na Europa e na Ásia, especialmente, esse “choque” de realidade deu-se de forma tardia, inviabilizando o efeito de ações preventivas e os governos precisaram trabalhar contra o relógio para enfrentar um novo vírus desconhecido, cuja dinâmica de contágio crescia cada vez mais. A partir deste momento, a pandemia se tornou também uma crise de governança e de gestão da coisa pública e não somente uma crise de saúde.

Além das inúmeras perdas humanitárias, a pandemia do novo Coronavírus está reforçando as desigualdades existentes entre as pessoas, aprofundando a lacuna entre os que têm e os que nada têm, tanto dentro, quanto entre os países do globo. As exigências de isolamento social, postas desde o início pelos especialistas como principal recurso de prevenção contra a Covid-19, têm colocado em evidência que o ato de se isolar é um privilégio de poucos. De um lado, há pessoas que têm uma casa grande, um jardim, um espaço que podem ressignificar como ambiente de trabalho e, ainda assim, cuidar das crianças, encontrar maneiras de relaxar e garantir o acesso a bens culturais. Em contraste, há aqueles que permanecem isolados e trancados em pequenos apartamentos, quitinetes, barracas e outras formas de habitações subnormais, bem como daqueles que se encontram em campos de refugiados ou, até mesmo, aqueles que vivem em condição de rua, cujas exigências de isolamento são praticamente uma piada de mal gosto.

Na América Latina, marcada pela desigualdade, a pandemia mostrou que os marcadores de classe e raça também fazem toda a diferença quanto às condições e oportunidades de sobrevivência ao vírus. Se por um lado, os marcadores sociais são definidores quanto às garantias de oportunidade de cumprimento da quarentena, os países latino-americanos têm mostrado que o vírus avança mais sobre grupos social e historicamente mais vulneráveis, a exemplo da população afrodescendente, que tem se mostrado menos sujeita às garantias de isolamento. Sendo assim, todo o discurso do necessário movimento de achatamento da curva de contágio do novo vírus não chega a todos ou, pelo menos, não chega da mesma forma.

Na verdade, o isolamento social de muitos condena outros tantos à exposição e ao risco, submetidos, em geral, a condições de trabalho ilegais e indignas que se expandiram com o advento da pandemia. No esteio das mudanças que a pandemia trouxe para as dinâmicas profissionais, nem todos dispõem de condições adequadas de realizar seu trabalho em casa e, especialmente para as mulheres, a transferência do trabalho para o espaço privado tem ampliado e sobreposto a jornada das suas atividades diárias, sobrecarregando-as em flagrante desvantagem em relação aos homens (Martinelli & Morgan, 2020).

Nem todos os serviços, com destaque para os mais precarizados, se adequam às condições inauguradas pela pandemia. Pelo contrário, em muitos casos, a situação se agravou, com indivíduos presos em atividades monótonas que podem, nesta conjuntura, muito provavelmente, ampliar as situações de estresse. Em outros casos, enquanto o acesso à internet está ajudando muitas pessoas durante o isolamento, aproximando-as de outras ou facilitando sua sobrevivência, para outras, a falta de acesso à internet para bilhões de pessoas ainda por todo o mundo, está limitando sua capacidade de responder aos novos desafios, restringindo suas condições de trabalho, de estudo e de socialização.

As desigualdades também são evidentes quanto às condições de saúde proporcionadas aos grupos de pessoas. As más condições de moradia em assentamentos informais, de acordo com a OMS, dificultam a prevenção e amplificam as oportunidades de propagação do novo vírus, especialmente entre as comunidades economicamente mais vulneráveis. Enquanto os ricos conseguem sobreviver em isolamento

a despeito do arrefecimento da economia, os despossuídos precisam escolher entre ficar em casa sem comida ou manter algum tipo de mobilidade e não perder o emprego, em sua grande maioria, informal. Há também desigualdades no acesso à informação: com muitos sendo vítimas de populistas, de teorias da conspiração e das chamadas “fake news”, além dos discursos negacionistas que rejeitam fatos e recomendações científicas.

Estas são apenas algumas das condições que, ao longo de seis meses da pandemia, expuseram e aumentaram as desigualdades existentes por todo o globo e, provavelmente, continuará discriminando os mais vulneráveis. Além disso, a paralisação prolongada das atividades econômicas tem promovido uma redução da produção industrial em muitos países, o que exigirá o cumprimento de medidas emergenciais para garantir a capacidade de solvência do mercado. Dentre as medidas que se anunciam, destaca-se o apelo à injeção de capital e a reestruturação orçamentária dos países em crise, de onde já se vislumbra, fartas oportunidades para o capital financeiro, com pomposos orçamentos sendo liberados para grandes empresas, a exemplo das farmacêuticas e aéreas.

Enquanto algumas empresas dão início a um processo de gentrificação, outras, menores, seguem sucumbindo ao endividamento de forma acelerada. Por exemplo, o financiamento dado à grande indústria farmacêutica pode ser potencialmente um impulsionador sobre suas negociações e lucros e, se esse investimento vier destituído de uma clara orientação quanto à determinação dos preços e distribuição dos insumos médicos, há a clara possibilidade do capital público estimular a obtenção do lucro em detrimento da saúde dos cidadãos.

O coronavírus vem colocando em destaque também o legado cataclísmico das práticas neoliberais: o dogma de priorizar a minoria rica em detrimento do público em geral, durante a pandemia, tem se materializado nas condições das instalações de saúde; na crise econômica que se somou à crise sanitária; na mercantilização dos serviços de saúde; no privilégio das grandes empresas farmacêuticas de decidir o preço do medicamento; no descaso com os idosos e os mais vulneráveis; na invasão sem precedentes do natural habitat dos animais; na destruição em massa do nosso planeta por meio do desmatamento e das mudanças climáticas, e no desenvolvimento massivo em nome de um modelo de crescimento insustentável por que ameaça a própria vida no planeta.

Seria ingênuo acreditar, como renunciaram alguns, que a pandemia, como que por um passe de mágica, inaugurou o fim da ordem capitalista (Harvey, 2020; Zizek, 2020). Contudo, no mundo pós-Covid-19, certamente, não deve haver lugar para garantir uma reconstituição da ordem baseada no neoliberalismo. Não por oposição ideológica ao sistema, mas pela própria insustentabilidade do mesmo – o neoliberalismo tem se tornado nocivo à condição humana. Segundo muitos, seria essa a oportunidade de construirmos uma sociedade democrática, que vincule poder de decisão a todos os membros da sociedade, sem sacrificar minorias e supervalorizando o bem coletivo. No entanto, à despeito do otimismo do argumento, pouco tem se discutido sobre a noção de governança no mundo pós-pandemia (Gough, 2020).

O modelo da alocação de recursos para setores estratégico da economia dominante precisa ser discutido durante a pandemia e está sendo, mas quase nada tem sido falado sobre a governança pública e popular. Esta pandemia também precisa ser discutido a partir da perspectiva dos sistemas de previdência, das políticas ambientais, das posições socioculturais dos mais vulneráveis (por exemplo, idosos, deficientes, pessoas com baixos rendimentos, refugiados, crianças, mulheres, transsexuais) e, precisa, especialmente, ser discutida a partir da perspectiva das lideranças dos sistemas de solidariedade e dos movimentos populares, que estão, em meio à crise, fazendo toda a diferença.

Em outros termos: a questão também precisa ser discutida a partir da forma como as pessoas têm lidado com a crise e de que forma a crise tem provocado a capacidade das comunidades de se adaptarem às novas circunstâncias, de modo a retomarem a um estado de estabilidade ou equilíbrio frente às transformações causadas pela Covid-19. Isto por que, em tempos de pandemia, as pessoas fizeram a

diferença, desenvolvendo respostas e iniciativas para e contra a crise, agindo, ajudando uns aos outros, encontrando as melhores alternativas para indivíduos, bairros e sociedades - produzindo inovação social (Moulaert, 2020).

3. Vendo a crise através da lente da inovação social

Os últimos meses ofereceram a muitos de nós a oportunidade de refletir sobre a pergunta: o que, de fato, temos aprendido com a pandemia do novo coronavírus? O que esta pandemia, à despeito das inúmeras vidas humanas que ceifou, pode nos legar enquanto sociedade? Depois da pandemia, quais serão as bases sobre as quais poderemos assentar nossa confiança? Como segue, a partir de agora, o trabalho, a saúde, as relações sociais no mundo pós-Covid-19? As comunidades, culturas e sistemas estão atravessando condições críticas e ainda não têm clareza sobre seu ponto de chegada, mas desde já, temos sido impelidos a pensar sobre tudo que estamos aprendendo com isso.

Essa incerteza do futuro cria também um momento igualmente crucial para perguntar: como e o queremos mudar? Falamos aqui do que poderia se tornar o mundo para a sociedade e seus membros pós-pandemia, qual tem sido a aprendizagem com o coronavírus e como essa aprendizagem pode ou deve ser compartilhada. E aqui, destacamos aquilo que parece ser, de longe, um dos efeitos mais visíveis da nova crise – o incremento de inovação social que se constituiu a partir da crise sanitária.

Na década de 1980, quando se começou a falar de uma “nova” visão sobre o desenvolvimento da economia e da sociedade, deu-se a estas experiências a alcunha de inovação social. De lá pra cá, por razões de ordem científica e até mesmo política, tomou corpo uma visão de desenvolvimento associada à matriz social. Simplificando, o debate público estava farto da exaltação da tecnologia, do gerencialismo e da racionalidade econômica como impulsionadores do progresso social por meio do crescimento econômico e, um conjunto expressivo de lideranças e pesquisadores começaram por redirecionar a agenda do desenvolvimento, reconsiderando as dimensões da ação social para o progresso humano (Morán & Casadevante, 2020).

O debate inaugurado sobre inovação social propunha não mais desenvolvimento por meio do crescimento, mas crescimento por meio do desenvolvimento; um desenvolvimento em que a emancipação cultural e social fosse vinculada e posta à prova. O desenvolvimento não mais fornecendo somente bem-estar social ou benefícios clientelizados para os grupos, mas construindo relações de comunicação genuinamente solidárias, uma justificação para a co-criação. A agenda do desenvolvimento deveria então se guiar não somente por pesquisas sobre hardwares, tecnologias ou bioquímica, por exemplo, mas também sobre emancipação cultural, governança popular, democracia, experiências sustentáveis e solidárias de desenvolvimento, bem como pelo desenvolvimento de outros modelos de educação.

Estamos falando de uma revolução silenciosa, mas de impacto profundo, sobre as estratégias de processamento de informação e de ordenação do conhecimento pela sociedade. Não mais as abordagens tradicionais de tipo top-down, mas o uso de estratégias interativas, do tipo bottom-up, onde as questões e as preocupações daqueles que são usuários ou beneficiários, desempenham uma importância fundamental. As emergências destas questões levaram a uma compreensão e definição tridimensional de inovação social, com base em uma espécie de combinação entre a satisfação de necessidades por meio de ação coletiva, relações sociais inclusivas e empoderamento político somado a uma perspectiva de democratização profunda da sociedade, carregada de uma 'nova' visão sobre o desenvolvimento humano em nível comunitário ou local, mas com conexões com a mudança social em escalas supralocais.

A pandemia de coronavírus apresenta um momento crítico para refletir sobre qual é o tipo de conhecimento socialmente relevante a ser desenvolvido e aplicado para moldar a “nova” sociedade. De modo geral, vozes importantes têm se manifestado preocupadas com o predomínio da economia e dos critérios materiais sobre as intenções das lideranças políticas internacionais e como isso pode afetar o destino da humanidade depois da pandemia. Essa preocupação traz de volta as discussões iniciais sobre inovação social, nomeadamente aquelas relacionadas com a relação entre a economia social como forma solidária de satisfação das necessidades e a inovação nas relações sociais em termos de solidariedade, reciprocidade, associação, comunicação e respeito mútuo (Moulaert, 2020).

De acordo com Frank Moulaert e Diana MacCallum (2019), a inovação social requer atenção à mudança nas relações sociais, criando novas formas de colaboração e reconfigurando as velhas formas institucionais que, tradicionalmente, têm negligenciado ou exacerbado os nossos principais problemas enquanto sociedade. Assim, a inovação social é amplamente promovida como uma iniciativa liderada por pessoas capazes de fornecer uma perspectiva diferenciada ou mesmo uma solução para as externalidades negativas das transformações tecnológicas e econômicas, a exemplo da exclusão social ou da degradação ambiental.

Importa, nesse processo, especialmente, como as inovações sociais respondem aos desafios humanos, como atendem às necessidades coletivas, às estratégias e aos princípios de organização comunitária, seus valores e ética, e os tipos de liderança que desenvolvem. Trata-se de uma transformação de base, orientada para a modificação das relações sociais por trás da dinâmica organizacional, incluindo aí como os indivíduos são territorialmente incorporados e como se adaptam aos modelos de governança vinculados à base, ou seja, às novas formas de governança democrática construídas de forma colaborativa entre iniciativas de inovação social e ativistas, suas redes dinâmicas e as agências e instituições estatais (Moulaert & MacCallum, 2019).

Há uma série de vozes críticas comentando sobre as estratégias de reparação da sociedade pós-coronavírus. Dentre essas principais estratégias, têm se destacado as iniciativas políticas em favor de salvar empregos, rendimentos, meios de subsistência, etc. Estamos falando de lideranças e grupos visionários que reconhecem na adversidade recente, uma oportunidade também para reforçar a cadeia e os sistemas de abastecimento de alimentos. Ou falamos ainda da implementação de políticas públicas orientadas por critérios de sustentabilidade e pelo acesso a meios de transporte alternativos (Bello, 2020; Collado, 2020). O caráter contraditório ou incompleto de algumas dessas estratégias e visões se tornam, com o tempo, cada vez mais claras: a pandemia de coronavírus tem desencorajado medidas de acessibilidade do transporte público, por exemplo, transformando-o na última opção daqueles que não têm escolha, em função do risco da contaminação; o medo do contágio que se abateu com a pandemia pode interferir ainda na confiança das pessoas em sistemas artesanais de abastecimento de alimentos, etc.

A principal preocupação aqui é com as transformações sobre a dinâmica das relações sociais que estão surgindo ou que são ampliadas nestes tempos. O mais visível é provavelmente também o mais contraditório: as pessoas temem uns aos outros como possíveis fontes de contaminação; mas as pessoas também apoiam uns aos outros, interagindo com estranhos em redes sociais, participando de ações colaborativas em favor de enfermos, refugiados, idosos, pessoas vítimas de violência doméstica, vizinhos solitários ou pessoas em condição de rua ou em outras formas de vulnerabilidade. Todavia, passados quase 6 meses de crise, uma parcela crescente da população mundial está esbarrando em seus limites financeiros e materiais. A pobreza econômica está se propagando, junto com a pobreza social. Dificilmente a solidariedade das primeiras semanas se manterá a ponto de transformar substancialmente as relações sociais.

É nesse sentido que ativistas sociais e políticos têm apontado para as desastrosas consequências da crise, especialmente, para os indivíduos de baixa renda ou trabalhadores do mercado informal. Se para muitos a pandemia é um problema por que lhes causa tédio, para outros, aqueles que vivem sob más condições habitacionais, o isolamento social, simplesmente, não é opção por que as habitações subnormais não

oferecem condições para isso. Os cidadãos vulneráveis e imigrantes que sobrevivem com empregos mal pagos e instáveis são a parte mais frágil do cordão e, portanto, aqueles que sentem na pele os efeitos seletivos da pandemia.

O abismo entre ricos e pobres expõe ainda mais certas realidades de relações sociais que até agora permaneciam relativamente obscurecidas. Recomendações para privilegiar a entrega em domicílio de empresas locais como um substituto para compras presenciais, não apenas expôs as contradições de classe, mas demonstrou que o próprio ato de comprar on-line está fora do alcance de uma parte significativa da população: muitos produtos são caros, inacessíveis sem o uso de novas tecnologias de informação, ficando fora dos padrões de consumo dos trabalhadores pobres. Além disso, a medicina preventiva e o reforço do sistema de imunidade ainda são um luxo das classes média e alta. Ao mesmo tempo, doenças persistentes se avolumam à pandemia, especialmente sobrerrepresentadas entre pessoas que seguem trabalhando em condições insalubres ou vivendo em casas ou bairros igualmente insalubres.

Este foco sobre o que poderia ou deveria ser feito nos leva de volta à primeira dimensão de inovação social, ou seja, a satisfação das necessidades individuais e coletivas através da ação coletiva (Moulaert, 2020). Contudo, se este for o único foco da discussão, as dimensões essenciais da inovação social poderão ser ofuscadas, a saber: relações sociais solidárias e empoderamento da comunidade para a transformação sócio-política. A história mostra que materializar uma outra economia mais justa requer ambas as dimensões; tanto atos materiais de produzir e consumir de forma diferente, quanto redistribuir recursos de forma mais uniforme. Muitas iniciativas coletivas e sociais, a exemplo das experiências socialista e comunista, falharam, não porque o princípio ético básico – a distribuição de recursos – era errado ou reprovável, mas por causa da liderança autocrática e a subestimação do papel dos valores compartilhados pela coletividade.

Então, perguntamos: como o mundo pós-pandemia pode ser melhor se não colocar as relações sociais em primeiro plano? É preciso que nos mantenhamos alertas quanto às conexões sociais durante e após a pandemia. Uma forma de combater a ansiedade coletiva excessiva estimulada pela pandemia é intensificando a solidariedade das relações sociais. Relações sociais baseadas na solidariedade nos tempos do novo coronavírus podem ser definidas como relações entre pessoas e grupos determinados por seu papéis sociais. Não se pretende com isso, apelar a uma dimensão meramente funcionalista da sociedade, mas chamar atenção para a interseccionalidade desses planos. As pessoas têm a função de trabalhadoras nas relações de produção, de consumidoras no sistema econômico, de cidadãos no sistema político, etc. Essas funções e relações são econômica e formalmente determinadas a partir do sistema capitalista e das suas instituições. No entanto, esses papéis e ligações podem ser alterados por meio de políticas de mobilização e transformação sócio-política.

Funções e conexões entre pessoas, entre grupos e em grupo são menos institucionalmente determinadas do que as relações e funções sociais ligadas ao sistema. E existem maneiras de sair deste último e entrar nos chamados autônomos ou pós-fundacionais relacionamentos, pois existem maneiras de criar nichos alternativos dentro o sistema. Para ampliar estes horizontes, precisamos observar melhor as iniciativas apresentadas por ativistas, líderes políticos progressistas, filósofos e outros analistas. Vejamos as relações sociais de produção e compra nos últimos meses: a limitação do raio de ação para o trabalho, consumo, lazer, redirecionou nossa atenção para a economia local. Os fornecedores de alimentos em pequena escala de vários lugares triplicaram sua produção. E a escassez de equipamentos médicos, essencialmente, feitos na China, colocou o dedo na ferida da globalização deliberada sem a plena garantia das condições de livre comércio. O que são as relações sociais relevantes a serem discutidas a respeito dessas observações?

Se as comunidades (ONGs, cidadãos interessados, autoridades locais, etc.) querem, por exemplo, reforçar iniciativas socialmente inovadoras no fornecimento de alimentos e nas suas relações de produção, essas iniciativas precisam ser reconsideradas do ponto de vista da democracia econômica (Quem é o dono do capital? Quem decide? Como são tomadas as decisões?). Mas a democracia econômica só funciona se

relações de confiança, apoio mútuo, reciprocidade em tarefas de trabalho, são incorporadas. Isso significa que não somente os valores da distribuição justa devem prevalecer, mas também o respeito interpessoal e o apoio devem fazer parte do modo de interação social entre produtores e consumidores. Isto deve ser esperado no nível das empresas locais e da sua clientela. Mas será que mudanças de atitude são suficientes para formar uma economia local ou um sistema alimentar local?

Existem exemplos de sistemas alimentares orientados por pequena escala em toda cidade administrada por um conselho de alimentos (ou instituição semelhante) em que todos os atores estão representados: distribuidores, proprietários de terras, bancos, cooperativas de produção e varejo, instituições de formação profissional, escolas, etc. A operação de tal conselho requer um complexo híbrido de relações sociais, novamente variando do interpessoal ao formal, dos modos institucionalizados de operação à cooperação. Poderíamos estender essa análise a outros atores e segmentos da sociedade, todavia, uma economia local mais democrática só irá se constituir se uma parte significativa da população partir do modelo capitalista convencional para um modelo de economia pós-fundacional, autônoma ou mista; se as pessoas mudarem seus padrões e modelos de consumo, reduzindo sua produção de lixo e privilegiando a qualidade local; se instituições de financiamento alternativas forem restabelecidas; se os conselhos econômicos consultivos são abertos às vozes da inovação social se vinculam de forma orgânica.

4. Conclusões

Nossas experiências históricas mostram que o medo coletivo pode ser superado através da valorização do local, do autônomo e da solidariedade, se essas categorias puderem ser acionadas de forma colaborativa. Mas as relações sociais necessárias para fazer essa transformação estão expostas a pelo menos três ameaças: o medo instigado coletivamente pela pandemia, o excesso de controle mútuo e imposto pelo Estado e, por último, o pessimismo da mudança cultural. Essas três ameaças se reforçam. O medo coletivamente estimulado tem diferentes fontes: a circulação de informações equivocadas e incompletas, o desenvolvimento de falsas verdades e o medo dos indivíduos e das famílias que perderam sua renda na pandemia e hoje estão mais expostas ao vírus do que as demais. É nesse sentido que podemos perceber que o coronavírus realçou esse traço do capitalismo contemporâneo que sobrevive porque as pessoas estão sempre dançando na corda bamba entre permanecer saudáveis para poder vender sua força de trabalho e sendo consumidoras insalubres e constantes da grande indústria médica e farmacêutica para poder sobreviver. Essa dupla dependência seria uma fonte estrutural do medo no capitalismo contemporâneo.

O medo orquestrado coletivamente também é reforçado pelo "controle". As medidas de isolamento social, que fazem do distanciamento a principal forma de prevenção contra o novo vírus, não podem contar tão somente com a consciência individual dos sujeitos. Se tal "consciência" fosse suficiente, no próprio estágio inicial da pandemia, quarentena e bloqueio poderiam ter sido organizados de uma forma menos repressiva; ou a repressão não seria nem mesmo necessária. Distância física e bom comportamento civil teria sido suficiente para manter o vírus sob controle. Mas na maioria dos países, não foi assim. O apelo ao senso de cidadão foi combinado a um arsenal de medidas de controle e sanção para garantir que a quarentena e o bloqueio fossem minimamente respeitados. Quanto maior o medo, menos poder seria necessário, alguém poderia argumentar. Mas nem sempre funciona assim: para uma parte significativa da população, o medo se transforma em pânico, levando o comportamento das pessoas a reações imprevisíveis, contrárias às regras impostas. Controle estrito aumenta a tensão na mente das pessoas e catalisa o medo e assim, reforçamos um círculo vicioso – um número crescente de pessoas se sentem aterrorizadas e isso reduz sua resistência mental e sua capacidade física.

Naturalmente, o medo também está relacionado ao risco eminente de muitos de perder os empregos, um medo que é real. Mas um medo que poderia ser combatido por especialistas, líderes políticos e econômicos, instituições financeiras, agências de desenvolvimento, para citar apenas alguns. Em vez disso, notamos especialistas alimentando um pânico crescente com base em centenas de milhares, senão, milhões de perdas de empregos, e pouca atenção é dada à reestruturação econômica. Enquanto analistas criativos, inovadores sociais, especialista em novas tecnologias e em agricultura alternativa identificaram uma série de oportunidades para redirecionar a economia em apoio a uma sociedade pós-pandemia, os pessimistas culturais estão pregando que a única maneira de resolver a necessidade do emprego é trazer a economia de volta à normalidade o mais rápido possível. Será que os inovadores, especialmente os sociais, não têm algo mais interessante para dizer às sociedades? Será que perderemos a oportunidade de levar a sério um verdadeiro “acordo verde” e a constituição de um sistema de saúde e bem-estar realmente inclusivos?

Referências:

Bello, W. (2020). ‘Never Let a Good Crisis Go to Waste’: The Covid-19 Pandemic and the Opportunity for Food Sovereignty. Transnational Institute & Focus on the Global South. Recuperado em 09 de setembro, 2020, de https://www.tni.org/files/publication-downloads/web_Covid-19.pdf

Collado, À. C. (2020). El Coronavirus y Nuestra Inseguridad Alimentaria. El Diario. Recuperado em 10 de setembro, 2020, de https://www.eldiario.es/ultima-llamada/coronavirus-inseguridad-alimentaria_132_1001598.html

Gough, I. (2020). In Times of Climate Breakdown, How Do We Value What Matters? Opendemocracy. Recuperado em 06 de setembro, 2020, de <https://www.opendemocracy.net/en/oureconomy/times-climate-breakdown-how-do-we-value-what-matters/>

Harvey, D. (2020). Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In Davis, M., Harvey, D., Bihr, A., Zibechi, R., Badiou, A., & Zizek, S. (2020). *Coronavírus e a Luta de Classes* (pp. 13-24). Piauí: Terra sem Amos.

Martinelli, F., & Morgan, K. (2020). From Technological to Social Innovation: rehabilitating the state and civil society in the development debate. In: Van Den Broeck, P., Mehmood, A., Paidakaki, A., Parra, C. *Social Innovation as Political Transformation; thoughts for a better world* (pp. 30–37). Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

Morán, N. & Casadevante, J. L. F. (2019). Comunidades cooperativas en tiempos de Catástrofes. *CTXT Contexto y Acción*, nº. 232, set. Recuperado em 07 de setembro, 2020, de <https://ctxt.es/es/20190731/Firmas/27643/Jose-Luis-Fdez-Casadevante-Nerea-Moran-crisis-ecosocial-comunidades-cooperativas-catastrofes.htm>

Moulaert, F. (2020). Seeing the crisis through the lens of social innovation. In Nurhasanah, I.S., Garcia, C.M., Otieno, J. N., Balcha, W. G., Van Den Broeck, P. *Social Innovation in the Face of the Covid-19 Pandemic* (pp. 36-48). International Network for Social Innovation & Sustainable Development and Territory. Recuperado em 05 de setembro de 2020, de <https://www.insist.earth/cahier-4/prologue/prologue-cahier-4>

Moulaert, F. & MacCallum, D. (2019). *Advanced Introduction to Social Innovation*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

Zizek, S. (2020). Um golpe como “Kill Bill” no capitalismo. In Davis, M., Harvey, D., Bihr, A., Zibechi, R., Badiou, A., & Zizek, S. (2020). *Coronavírus e a Luta de Classes* (pp. 43-47). Piauí: Terra sem Amos.